



RODRIGUES, Alexandro, BARRETO; Maria Aparecida Santos Corrêa (Orgs.). **Currículos, gêneros e sexualidades: experiências misturadas e compartilhadas.** Vitória (ES): Edufes, 2013. p. 291.

Andrea Silene Alves Ferreira

Novos olhares sobre os currículos, os gêneros e as sexualidades

Organizado por Alexandro Rodrigues e Maria Aparecida Santos Corrêa Barreto, esse livro contém dezesseis artigos que trazem as experiências dos autores sobre currículo, gênero e sexualidades em diversas esferas – na escola, na mídia, na academia, na saúde e na área de direitos humanos.

No primeiro capítulo, Marco Aurélio Máximo Prado, Paulo Henrique de Queiroz Nogueira e Daniel Arruda Martins discutem como as normas de gênero determinam as hierarquias sexuais na escola. Consideram a escola como espaço político cheio de contradições, pois ao mesmo tempo em que devia proporcionar discussões democráticas sobre a sexualidade, passa a ser moralizadora, estabelecendo-se nela situações de repressão – uma escola sexista, marcada por currículos e práticas culturais que favorecem a construção e afirmação de estereótipos sexuais, e a manutenção de hierarquias sexuais. Utilizam também do conceito de “armário” como uma categoria analítica na qual a escola se revela enquanto instituição política de regulação e manutenção de normas e valores sociais, invisibilizando as sexualidades não heteronormativas. Convidam @s professor@s a questionar essa realidade escolar e a buscarem sua transformação.

Em “Hierarquia, disciplina e panoptismo: uma cartografia do espaço escolar”, Luma Nogueira de Andrade faz uma analogia da construção física da

escola à construção das identidades que se permite fazer nesse espaço institucional. Faz breve retrospectiva da educação do Brasil Colônia à Era das Revoluções, discutindo a sociedade disciplinar. A escola é discutida com base em três metáforas: a metáfora do acampamento militar, a metáfora da peste – o normal e o anormal, e a metáfora do zoológico do rei e a escola. Na primeira, a organização física do espaço escolar tem como função um autocontrole e um controle coletivo dos corpos, sentimentos e atitudes entre seus integrantes (direção, funcionári@s, professor@s, estudantes), através da disciplina, do adestramento. Na segunda metáfora, “a simbologia da peste [...] é um signo para representar o que a sociedade convencionou chamar de patologia, uma patologia social dos comportamentos, uma incongruência com relação aos valores e aos costumes oficiais.” (p. 56) A relação entre o zoológico do rei e a escola é a nova metáfora relacionada ao panóptico, que associa a estética do controle à lógica da disciplina. A escola é comparada a um zoológico humano, no qual o poder funciona automaticamente - cada um é vigilante de si mesmo e de todos.

No terceiro capítulo, Márcio Caetano versa sobre os movimentos curriculares e a construção da heteronormatividade, a partir da análise de entrevistas a professores da rede pública de ensino, que constituem parte de sua tese de Doutorado. Os

currículos têm como uma de suas funções, “[...] educar os gêneros, formar as corporalidades e apresentar subsídios a formação de identidades”, e isso faz com que “[...] a heterossexualidade e a masculinidade hegemônicas [sejam aprendidas e vivenciadas] como norma e referência.” (p. 67) Os movimentos curriculares apresentam um projeto de masculinidade e de feminilidade que se expressam na vigilância e nas práticas educativas no corpo, sendo a escola um espaço responsável pela manutenção das hierarquizações de gênero, e estigmatização das identidades que não correspondam ao padrão heteronormativo hegemônico. Na segunda parte do artigo, o autor analisa trechos das entrevistas com os professores, dialogando com os aspectos que emergem de forma a suscitar nos leitores reflexões essenciais para as práticas docentes atuais.

Dando seguimento à discussão sobre a produção da diferença no cotidiano das escolas, Maria da Conceição Silva Soares sinaliza vários questionamentos ao longo do artigo, sobre “como pensar diferentemente a diferença”, e como as subjetividades são percebidas, apreendidas e vivenciadas no espaço escolar. Para discutir a multiplicidade presente nos/dos/com os cotidianos escolares, a autora analisa trechos de entrevistas realizadas em uma escola de ensino fundamental, enfocando as imagens da diferença tecidas nas/com as práticas escolares, as festas e as performances na articulação da diferença, e o registro do preconceito. A partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, a autora considera que “as diferenças são pensadas a partir das grandes categorias como gênero, cor, idade, orientação sexual, condição física e condição sócio-econômica-cultural, tendo como referência os padrões do momento de normalidade” (p. 99), e que o processo de diferenciação das pessoas não tem sido discutido na escola, um ambiente propício para tal, em face da multiplicidade nela presente.

O quinto capítulo, “Teorias e práticas: encontros, desencontros e misturas”, escrito por Leonardo Ferreira Peixoto, resulta das angústias do autor em aprofundar seu conhecimento acerca das questões teóricas e das práticas docentes referentes ao gênero e à sexualidade na escola. Partindo de reflexões sobre sua própria prática docente, como ‘professor-pesquisador-militante’ lecionando em uma turma de 2º ano do ensino fundamental, no município do Rio de

Janeiro, faz uma análise de duas oficinas realizadas na escola: uma sobre brinquedos e brincadeiras, e a outra, sobre famílias. Observando o comportamento das crianças em relação ao gênero e à sexualidade, torna-se perceptível o quanto a escola promove uma adequação dos sujeitos quanto à forma de pensar e agir, invisibilizando a diferença e reforçando a manutenção das normas e valores sociais aceitos. Quando têm oportunidade, as crianças também conseguem contestar as “regras” estabelecidas, desconstruindo certezas e vislumbrando possibilidades de perceber “(novos)” gêneros, sexualidades, currículos e cotidianos escolares.

Juliana Perucchi, no capítulo seguinte, propõe a discussão de gênero na perspectiva da educação e da saúde, em articulação com os direitos humanos. Ilustrando diversas situações do cotidiano escolar, afirma que a categorização do gênero tem servido de base para a manutenção da heteronormatividade e das relações de poder constituídas no ambiente escolar, reforçando comportamentos sexistas. Considera também que “a escola é uma instituição social que reitera, com tamanha naturalidade, a lógica da abjeção”, e que “[...] regula, constrange e limita arranjos sexuais à heterossexualidade compulsória.” (p. 121) No caso das lesbianidades, seguindo essa lógica de normalização, verifica-se que o tema da homossexualidade feminina tem sido pouco discutido nas áreas de educação e de saúde, o que fragiliza as discussões sobre os direitos humanos.

Fernando Pocahy faz uma reflexão sobre como as normas instituídas sobre gênero e sexualidade repercutem no processo de envelhecimento humano. Tem como objeto de análise dois esquemas de problematização para observar a produção/manutenção da velhice como abjeção: o primeiro refere-se à experimentação da sexualidade de homens idosos em uma sauna e vídeo-locadora pornô, e o segundo, sobre as relações estabelecidas entre homens idosos e ‘garotos de programa’ em um bar. Considera que “[...] pensar as práticas em torno do sexo entre homens e do homo/erotismo [pode ser encarada] como uma forma de contestar todo esse desinvestimento em relação ao idoso.” (p. 143)

No oitavo capítulo, Alexsandro Rodrigues, Catarina Dallapicula e Maria Aparecida Santos Corrêa Barreto

discorrem sobre a “Expressão de sujeitos e efeitos de poder nas marcas culturais e nas políticas da vida”, utilizando-se de palavras como “[...] dispositivos e fios condutores de discussão e de reflexão [...] que podem ser contextualizados e problematizados.” (p. 150) Nesse convite ao estranhamento de palavras e nome de coisas, os autores consideram que, por exemplo, “[...] os sufixos “ismo” e “dade” também não são simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições de sujeito fortemente marcadas por relações de poder.” (p. 154) Ao longo das últimas décadas, gênero, sexualidade e racialidade passaram a ser vistos como domínios de saber-poder das biopolíticas e quaisquer formas de controle deles recaem sobre o corpo e a população, incluindo, excluindo, ou possibilitando a sensação de pertencimento. Os currículos midiáticos mantêm essas redes de poder, que gerenciam, controlam e regulam os fenômenos populacionais, quando deveriam exercer seu potencial transformador de realidades.

Buscando compreender como as discussões sobre gêneros e sexualidades têm acontecido no espaço escolar, Alexsandro Rodrigues, Hugo Souza Garcia Ramos e Ronan Barreto Rangel da Silva, constataam, através da realização de pesquisa com cotidianos de educadores e de estudantes, que muitas lacunas permanecem na formação de professores, tanto conceituais quanto discursivas, dificultando a construção de espaços de diálogo com os alunos. Com relação aos estudantes, percebeu-se que há muita curiosidade e desejo de saber, e que eles se sentem reprimidos no cotidiano escolar por conta de variados fatores, inclusive esta repressão envolve os sujeitos de todas as esferas da escola.

Embalados nos contos de fada, Marco Antonio Oliva Gomes e Carlos Eduardo Ferraço entrelaçam o enredo do texto com contos, brincadeiras e frases clichê, questionando os porquês de a escola apresentar-se com tantas restrições, distinções entre os gêneros, e um rigor disciplinar que condiciona o que cada um pode ou não fazer, desde tenra idade do desenvolvimento de meninos e meninas. Propõem a problematização dos clichês ou estereótipos a partir do uso de *narrativasimagens*, que devem ter como função desconstruí-los nos cotidianos escolares, bem como o questionamento da visão de currículo para além do

engessamento oficial, de modo a abranger a realidade dos sujeitos aos quais está direcionado, e “[...] tendo como intenção ampliar as possibilidades de se viver a diferença na vida e, em particular, nos cotidianos das escolas.” (p. 195)

Seguindo a linha de pesquisa que envolve o cotidiano escolar, Hiran Pinel nos apresenta uma reflexão sobre o ser gay masculino na escola, partindo das percepções e sentidos de três internautas (do *facebook*). Analisando os discursos com base na hermenêutica, aponta três situações: a escola que não problematiza a sexualidade; a escola que produz existência à revelia do instituído; e a escola que mostra sua potência junto aos gays. Em todas elas, o autor identificou a necessidade e “[...] a importância de uma Pedagogia que valorizasse os Direitos Humanos como condição de existir-se no mundo (mundo que nem sempre é gay)” (p. 207), através de um processo educacional, politizado, interventivo, crítico, de problematização da sexualidade e de estranhamento dos preconceitos homofóbicos.

No capítulo XII, André Luiz Zanao Tosta e Darcy Anderson Daltio tiveram como objetivo descrever o papel da escola com relação à conformação dos gêneros e às expressões da sexualidade na formação básica de crianças, e as implicações desse “processo de civilização” em/nas situações de exclusão social e preconceito. A noção de gênero se dá gradualmente, ao longo do desenvolvimento humano, através de um processo chamado de performatividade de gênero, ou seja, interiorização pela repetição dos atributos que meninos/meninas, homens/mulheres devem desenvolver, de acordo com os aspectos que caracterizam a heteronormatividade. Como alguns sujeitos não se “encaixam” na estrutura binária e heteronormativa de gênero, suas experiências e vivências “fogem da norma” e vão se abrigar em um currículo oculto de gênero e sexualidade, expresso não por iniciativas concretas, mas por “[...] seus silêncios, suas lacunas e suas ausências que o ambiente escolar acaba por legitimar ou desqualificar [como] certas expressões identitárias de gênero.” (p. 227)

Segundo Luiz Egidio da Silva Junior e Roger Vital França de Andrade, em “Corpos, Currículos e Sexualidade em Trânsito”, uma nova geração de jovens está constituindo novas subjetividades sobre o corpo e

as sexualidades, em função da interlocução entre as culturas e os processos de globalização, fazendo emergir possibilidades diversas de ver, pensar e sentir o mundo. A escola continua discutindo as questões de gênero e de sexualidade sob uma perspectiva biologizante, em detrimento de abordagens que considerem aspectos da construção histórica e social, considerando que (p. 241-242)

A relevância desta discussão, embebida nas práticas sociais de gênero, corpo e sexualidade, perpassa pela necessidade de auscultas mais sensíveis por parte dos/as professores/as, das políticas educacionais, dentre outras redes que vão sendo tecidas envolvendo os sujeitos/jovens e suas infundáveis lógicas inseridas em diferentes paisagens de informação, tecidas em/com outros corpos, outros gêneros, outras sexualidades... outros mundos. Instigando brechas, deslocando possibilidades de outros modos de convivência solidária, aceitação e acolhimento mútuo.

No capítulo seguinte, José Agostinho Correia Júnior e Mateus Dias Pedrini, discorrem sobre “corpos em trans-formação”, considerando que “tornar-se homem ou tornar-se mulher” depende da relação do indivíduo com o mundo, e não é apenas um produto biológico, visto que as identidades de gênero se (re)constroem cotidianamente a partir de novos posicionamentos e novos discursos, subvertendo as lógicas de poder e de heteronormatividade estabelecidas socialmente. *Drag queens*, transformistas, travestis e transgêneros foram entrevistados durante a realização desta pesquisa, revelando a trans-formação de seus corpos, fortemente marcados por preconceitos, estereótipos, violências, desejos.

Luiz Claudio Kleaim, Luciano Oliveira e Sergio Rodrigo da Silva Ferreira descrevem a problemática da relação entre as travestis apresentadas em vinte matérias de telejornais brasileiros e que foram percebidas como sensacionalistas, considerando que tais produções midiáticas “[...] se mostram voltadas para a lógica do espetáculo e da punição, tanto no que se refere à representação quanto no que tange à auto-representação das travestis.” (p. 276) Nestes tipos de programas, há também uma incitação ao discurso das travestis, levando-as a uma espécie de julgamento que culmina em culpabilização, ocultando-se da exposição midiática um conjunto de fatores que está atrelado à exclusão social destes indivíduos, como a violência, o preconceito exacerbado, a baixa escolaridade, o

subemprego, não problematizados nestas exposições televisivas.

No último capítulo, Jésio Zamboni e Rodrigo Rocha Balduci utilizam um jogo de palavras em meio às reflexões que a filosofia proporciona, em “Uma filosofia da diferença bicha”, para descrever as inúmeras possibilidades e nuances dos olhares, das atitudes, das aceitações, das subversões. Um texto crítico, provocativo e reflexivo sobre o comportamento humano.

Paradoxalmente, para finalizar, retomo um trecho do prefácio do livro, escrito por Regina Leite Garcia (p. 13), reiterando as considerações de que

Os textos nos ajudam a melhor compreender as consequências das temáticas silenciadas na escola e o falso moralismo no qual se baseiam as interdições, negadas por corpos que falam, apesar do que acreditam negar as palavras pronunciadas por bocas controladas. Só posso defender que este livro há que ser lido por todos e todas que lutam por uma qualidade-outra na escola. Lê-lo há de nos levar a refletir sobre quem somos e o que diz ou esconde o corpo de cada um e cada uma de nós.

As informações nele contidas conduzem o leitor a outros olhares, a outras possibilidades sobre os gêneros e as sexualidades, promovem reflexões sobre os valores socioculturais que as sociedades têm construído ao longo do tempo, sobre as relações de poder constituídas nas diversas esferas, inclusive sobre o corpo humano e suas sensações, fazendo repensar também o modo como percebemos o mundo à nossa volta, e apontando entrelaçamentos entre as questões relativas ao currículo, aos gêneros, às sexualidades, aos Direitos Humanos e à Educação.